

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 10 DE JUNHO DE 1999

Senhor Vice-Presidente da República, Marco Maciel; Senhor Senador Antônio Carlos Magalhães, Presidente do Senado e do Congresso Nacional; Senhor Ministro de Estado da Defesa, Êlcio Álvares; Senhores Ministros de Estado, que aqui se encontram; Senhores Ministros, General Zenildo Lucena, Brigadeiro Lélío Lobo, General Benedito Leonel, que aqui se encontram. Faço uma referência, também, ao Almirante Mauro César que, por motivos pessoais, não está aqui presente; Senhor Presidente da Comissão de Defesa da Câmara, Deputado Antônio Carlos Pannunzio, Senhores Relatores do Projeto da Defesa, nominadamente Deputado Aroldo Cedraz; Senhores Líderes; Senadores e Deputados; Senhores Comandantes das Forças e Senhor Chefe do Estado-Maior da Defesa; Senhores Oficiais-Generais; Senhores Adidos Militares e Representantes do corpo diplomático; Senhores e Senhoras,

Presenciamos, neste momento, um marco histórico. Concretizamos, com os atos que acabo de firmar, mais uma proposta do programa de governo. Uma intenção que já havia destacado no discurso de posse do meu primeiro mandato, em 1995.

Trata-se de uma decisão amadurecida, cuja formulação resulta de estudos, conduzidos com serenidade e ampla participação de todos os envolvidos, estabelecendo a convergência de posições. Temos, após longa e metódica discussão, uma solução apropriada às características de nosso país e que respeita as peculiaridades históricas de nossas Forças Armadas.

A proposta de criação do Ministério da Defesa sempre teve um objetivo claro: o da otimização do sistema de defesa nacional. Buscasse, também, a integração e a racionalização das atividades comuns, mas o mais importante é a eficiência resultante na atividade-fim, que se expressa na capacitação para o emprego combinado dos meios navais, terrestres e aéreos que geram efeitos dissuasórios, uma das premissas da vertente preventiva de nossa política de defesa.

Não se trata, como insinuaram alguns, da intenção de subordinar os militares ao poder civil, porque isso já ocorria: o Presidente da República, como Comandante Supremo, de há muito, contava com o apoio irrestrito das Forças Armadas. O verdadeiro poder civil se manifesta, se fortalece na realidade no respeito às leis, as quais os militares respeitavam e respeitam com extremo zelo.

Tenho destacado, freqüentemente, a importância da Política de Defesa Nacional, que aprovei em novembro de 1996, à qual se referiu o Ministro Êlcio Álvares. O Ministério da Defesa, agora, poderá dinamizar essa política elaborando a política militar brasileira e traçando e implementando estratégias para alcançar os objetivos ali estabelecidos e reinterpretando-a, quando necessário, visto que a evolução no cenário internacional pode alterar rapidamente os conceitos de defesa.

Cabe destacar o espírito profissional, cooperativo e altamente democrático, com que os ministros militares – e eu gostaria de citá-los, alguns uma vez mais. O Ministro Leonel, o Ministro Mauro, o Ministro Zenildo, o Ministro Lobo, o Ministro Gandra, o Ministro Chagastelles, o Ministro Gleuber e o Ministro Brauer se envolveram no processo de criação do Ministério da Defesa.

Creio que é justo ressaltar, também, a ação contínua do General Cardoso, chefe da Casa Militar, e do chefe da Casa Civil, Doutor Clóvis Carvalho. Eles demonstraram, com isso, clara compreensão do sentido

dessa mudança que, embora amparada na tradição e na lógica da funcionalidade estrutural, introduz alteração sensível nas instituições militares brasileiras. Revelaram, de forma cristalina, o desprendimento com que tratam os problemas das nossas forças, sem personalismos ou corporativismos perniciosos, visando primeiro às aspirações nacionais.

Quero acrescentar que, ao firmar os atos que acabo de firmar, em que o Presidente da República, Comandante Supremo das Forças Armadas, extingue algumas instituições seculares, na verdade, senti uma forte emoção, porque não é um ato de extinção, é um ato de renovação. Quero dizer aos Comandantes Militares, aqui presentes, que eles continuarão com todas as prerrogativas e todo o respeito que sempre tiveram os ministros militares. Quem fala ao assinar esse ato, se lembrava que neste século houve dois ancestrais, ministros da Guerra, como assim se chamavam, e que, já no século passado, outro ancestral meu, também militar, se envolvia na luta pela Abolição e pela República. E que, mais remotamente, no Império, outro ancestral meu ganhava o título de brigadeiro.

Portanto, ao assinar a extinção desses ministérios militares, não fiz mais que fazê-los renascer, sempre com a forma moderna, mantendo a tradição que, podem os Senhores ter a certeza, na pena de quem assinou esses atos, é uma tradição que merece todo o respeito. Não fosse por razões pessoais, já declinadas, pelos serviços que essas instituições têm prestado à nossa pátria. Aqui me referi à Abolição, poderia me referir a muitas outras lutas, nas quais estiveram envolvidos os militares – só para mencionar fatos mais remotos, o que aconteceu nos anos 20, quando as Forças Armadas, também, participaram ativamente das aspirações democráticas do Brasil, que resultaram, progressivamente, no decorrer do tempo, no aperfeiçoamento da nossa democracia, que hoje se vê totalmente enraizada em nosso país.

Quero lhes dizer, Senhoras e Senhores, que não apenas presenciei, mas acompanhei a evolução do pensamento militar e a formação do Ministério da Defesa. Fui testemunha direta de que todo esse processo se deu e transcorreu num ambiente de tranquilidade democrática e de alta compreensão, sem nenhuma rusga que pudesse pôr em dúvida aquilo que tinha sido a decisão do Comandante-Chefe das Forças Armadas.

O Presidente soube, é bem verdade – como é do meu feitio e assim continuará sendo –, compreender as peculiaridades, deixar que as convergências se processassem, porque de pouco vale uma ação abrupta que, momentaneamente, pode dar a impressão de que resolve um impasse, se não se constrói o espírito que permita que essa resolução seja permanente.

O Ministério da Defesa que nós estamos criando, hoje, é fruto desse trabalho coletivo, portanto, não se trata de impulso, de uma decisão de alguém que abstratamente pensou que, talvez, fosse mais adequado termos um Ministério de Defesa e fez prevalecer a sua vontade. Trata-se de uma sinalização dessa vontade que fez com que as outras vontades convergissem para o objetivo comum, que é o do aperfeiçoamento das nossas forças, que é a possibilidade dessas forças servirem, crescentemente, ao Brasil, para manter a nossa soberania, para garantir as instituições constitucionais e para que possamos continuar, como tenho certeza de que continuaremos, orgulhosos das nossas Forças Armadas.

É certo que inúmeras vantagens podem ser alinhadas com a criação do Ministério da Defesa. Valorizam-se todos os setores dedicados à segurança nacional, pois a capacidade de coordenação do Ministério amplia a sinergia de todos os órgãos do sistema. A soberania nacional se fortalece, pois se estabelecem condições para aumentar a capacidade dissuasória. Aproximam-se as Forças, facilitando a comunicação e favorecendo a troca de conhecimento e de experiências. Possibilita-se o dimensionamento global dos meios de defesa, aproveitando-se as suas complementariedades. A representação externa de nossas Forças Armadas se simplifica.

Esse ato consubstancia, portanto, os esforços de todos que se devotaram ao trabalho de formulação de uma proposta genuinamente nacional. Hoje, é dado um passo importante, mas é apenas o primeiro passo do processo de construção do novo sistema de defesa, que terá de se fortalecer e de se aperfeiçoar continuamente.

Novos e maiores esforços serão demandados para a implementação do Ministério. É um desafio a ser vencido com a conjugação de

Forças, o que enseja ainda mais união de todos os que almejam um sólido arcabouço para a defesa nacional.

Devo destacar que as nossas Forças Armadas são, ao mesmo tempo, um segmento representativo do povo brasileiro e uma instituição do Estado. O zelo contínuo de seus integrantes tem levado a Nação a manifestar-lhes confiança e respeito. A perfeita compreensão dos problemas nacionais, a noção de cumprimento do dever e o distanciamento de correntes ideológicas e partidárias garantem-lhes esse reconhecimento permanente e completo de todas as camadas de nosso país. É importante que essa noção não se perca.

Quero agradecer a todos que contribuíram para a concretização desse momento. E é de justiça recordar, nesta hora, e de homenagear, o Deputado Franco Montoro que está aqui presente e foi o pioneiro na discussão dessas questões em nosso país. Já em 1960, apresentava à Câmara dos Deputados um projeto de lei que criava o Ministério de Estado dos Negócios da Defesa Nacional. O Deputado Franco Montoro apresentava então, com notável visão política e estratégica, as vantagens da adoção da proposta, que são as que acabei de referir: racionalização, maior entrosamento funcional, planejamento combinado, o qual permitiria uma melhor aplicação dos recursos orçamentários então existentes.

Esse gesto pioneiro do Deputado Montoro encontrou acolhida no Congresso Nacional. Encontrou acolhida no conjunto daqueles que trabalharam na Câmara e no Senado da República, já referidos pelo Ministro Élcio Álvares.

Mas eu gostaria de agradecer, uma vez mais, ao Deputado Aroldo Cedraz, ao Deputado Wilson Braga, ao Deputado Paulo Magalhães, à redação final da Deputada Zulaiê Cobra Ribeiro. E no Senado, ao Senador Íris Resende e ao Senador Pedro Piva.

Está de parabéns, portanto, o Congresso Nacional, que já foi homenageado na pessoa do Senador Antônio Carlos Magalhães. Certamente não mencionei, não fiz a justiça devida a todos aqueles que cooperaram ativamente neste programa. Aqui estão o Senador Tuma e tantos outros.

Peço desculpas aos que não mencionei. Aqueles que mencionei servem de símbolo, a partir do Deputado Montoro, do espírito com que

o Congresso Nacional vem encarando, crescentemente, a importância da questão da defesa nacional e a cooperação contínua que há de ser dada por todas as forças do Brasil, para uma concepção moderna e democrática da defesa, que tem, certamente, nas Forças Armadas o seu eixo fundamental, mas que não dispensa essa cooperação ativa de todos os segmentos da sociedade para que possamos, efetivamente, cumprir aquilo que é nosso dever, que é a manutenção da herança que recebemos dos nossos maiores, a manutenção da soberania deste país e a criação de condições para a prosperidade crescente do nosso povo.

Queria, finalmente, ao lhes agradecer, mais uma vez, fazer uma referência ao Ministro Êlcio Álvares, cujo sucesso nessa empreitada é essencial para o fortalecimento do país. O Ministro Êlcio Álvares, como ele disse, foi meu líder no governo. Os que o acompanharam e aqui estão, muitos dos seus antigos colegas, e os Senhores Militares aqui presentes, muitos também sabem da ação do Senador Êlcio Álvares destacadamente na questão do Sivam. Ele se comportou da maneira mais efetiva para a consecução dos objetivos nacionais e para que não houvesse a confusão entre um projeto de alto interesse público e nacional, com escândalos que são pré-fabricados e que apenas arruinam os objetivos do país. Foi o Senador Êlcio Álvares um prestante cooperador no esclarecimento das questões pertinentes àquela matéria.

E o tempo todo, o Ministro Êlcio Álvares, não apenas às questões das Forças Armadas, mas nos mais delicados problemas de interesse nacional, se houve como um homem correto, como um homem de dignidade. A escolha de Êlcio Álvares para Ministro de Defesa – primeiro civil a ostentar esse título no Brasil, nós já tivemos ministros civis, mas em pastas singulares – é, ao mesmo tempo, uma homenagem ao Senado da República, uma homenagem ao Parlamento Nacional e a garantia de que esse entrosamento dos setores civis e militares encontra, na sua pessoa, a expressão mais pura e genuína de alguém que está sempre disposto a cooperar pelo engrandecimento das nossas Forças Armadas.

Agradeço ao Ministro Álvares e agradeço a todos os presentes. Muitíssimo obrigado.